

PT

Rui Falcão & Você

Jornal do mandato do deputado estadual Rui Falcão

www.ruifalcao.com.br

Deputado presente

Atuando em várias frentes, o mandato dá conta do recado. *Pag.5*

Governo do atraso

Kassab deixa cidade no caos e põe saúde na Uti. *Pag.3*



Com Lula, um novo país

Brasil retoma o desenvolvimento com mais empregos e distribuição de renda

Pag. 2



Nº 2 - dez / 2007

Ricardo Stuckert / PR

Projetos do mandato

Pag. 4

Bolsa Aluguel

Pag. 7

Serra veta água

Pag. 6

Brasil, o país do presente

Um futuro melhor chegou para milhões de brasileiros. O governo Lula é o responsável

Para milhões de brasileiros a quem se dizia que o Brasil era o país do futuro – sempre muito distante para os trabalhadores – o futuro de fato parece estar chegando. É que o país, com o governo Lula, vive uma fase de desenvolvimento prolongado, com redução da inflação, criação de empregos, distribuição de renda, aumento dos investimentos. Claro que há muito a fazer, pois não se apagam em oito anos as imensas desigualdades sociais secularmente impostas por um modelo injusto e excludente.

Mas o balanço deste primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula é animador para a grande maioria da população (haja vista os índices de aprovação apontados por todas as pesquisas). E representa para o PT, o partido do presidente, um grande trunfo. Seja como realização dos projetos do PT, seja como uma referência valiosa para a disputa eleitoral de 2008.

Apesar da maciça, permanente ofensiva da classe dominante e da mídia conservadora,



Ricardo Stuckert / PR

com Lula na Presidência o Brasil voltou a crescer e a vida do povo mudou: nove milhões de empregos foram criados desde 2003; o consumo das famílias cresceu 5,8% (o melhor resultado desde 1997): o salário-mínimo subiu 13,3% acima da inflação em 2006; os projetos de combate à fome e à pobreza beneficiam 64 milhões de pessoas, ou seja, 34% da população. Além disso, o presidente Lula, que os preconceituosos tucanos não consideram “bem

educado”, viabilizou o ProUni, responsável pelo ingresso de mais alunos nas universidades

Governo ótimo para a maioria da população

do que durante todo o mandato do presidente-doutor.(ver o quadro abaixo).

Do ponto de vista da chamada macro-economia, o governo Lula salvou o país da bancarrota. O esforço de recuperação impôs sacrifícios iniciais, mas não impediu que se encerrasse o período da privatária – marca inconfundível do governo FHC, apesar de envergonhadamente

renegada pelos tucanos. Houve também mudanças e consolidação de marcos regulatórios, condição para atrair investimentos daqui e do exterior.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, o Estado brasileiro retoma seu papel de planejador e indutor do desenvolvimento, viabilizando recursos, públicos e privados, para investir em saneamento, infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos), energia, ur-

banização, habitação. O PAC, que prevê investimentos de meio trilhão de reais até 2010, destinou, só para o Estado de São Paulo este ano, mais de R\$ 7 bilhões, apesar da ferrenha oposição dos tucanos, Serra e FHC à frente.

Como se o fracasso dos anos FHC e de duas derrotas sucessivas lhes tivesse subido à cabeça, os tucanos repetem sem parar que Lula deu continuidade à política econômica de FHC, que o Brasil está sendo beneficiado pela conjuntura da economia mundial e assim por diante. Na verdade, porém, nosso governo optou por um outro modelo: incluyente, distribuidor, com presença do Estado, em oposição ao modelo privatista, liberal, excludente e concentrador do PSDB-DEM (ex-PFL).

Mais recentemente, os tucanos, despeitados com a popularidade do governo de coalizão liderado pelo PT, acusaram o presidente Lula de pleitear um terceiro mandato consecutivo, hipótese que ele já desautorizou publicamente.

Uma boa educação

Além do Fundeb, da expansão das universidades federais e da rede de educação profissional – que beneficiam todo o Brasil e São Paulo de forma especial – o governo do presidente Lula ostenta resultados expressivos na área da educação, como se vê no quadro abaixo:

■ O ProUni concedeu 130 mil bolsas para cursos do ensino superior em 2006

■ O orçamento global das universidades federais cresceu R\$ 1,8 bilhão

■ 3 milhões de alunos da área rural foram beneficiados pelo Programa de Apoio ao Transporte Escolar

■ Programa Nacional do Livro Didático distribui mais de 120 milhões de livros anualmente

■ Mais de 600 mil alunos com necessidades especiais matriculados em 39 mil escolas

■ 5,2 milhões de pessoas atendidas em cursos de alfabetização

■ Editados 40 mil livros em braile para 3.443 alunos em 1.244 escolas

Fonte: Governo Federal.

A Petrobrás é nossa

Com o campo de Tupi, Brasil entrará na OPEP

Quem não se lembra de que, em meio à fúria privatizante dos governos Alckmin, em São Paulo, e FHC no governo federal, os tucanos tentaram vender a Petrobrás? Jogaram fora dinheiro público para mudar o logotipo e o nome da empresa para Petrobrax, mas não tiveram tempo para mais uma ação de lesa-pátria. Poucos anos depois, já no governo Lula, o Brasil conquistou a auto-suficiência em petróleo, com uma produção de 1,8 milhão de barris/dia.

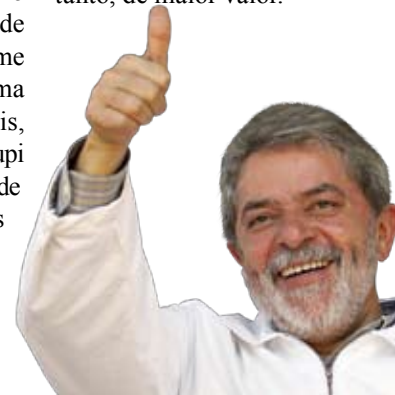
Para deixar de ser dependente do petróleo importado, sempre sujeito a oscilações de oferta e de preços, a Petrobrás atuou com projetos de grande porte,

incentivando o desenvolvimento da indústria e a abertura de novos postos de trabalho.

No início de dezembro a Petrobrás anunciou a descoberta de uma reserva de cinco a oito bilhões de barris de petróleo de boa qualidade e gás abaixo da camada de sal, na bacia de Santos. Como o atual volume de reservas da Petrobrás soma cerca de 13 bilhões de barris, a descoberta do campo de Tupi pode representar um aumento de 50%, colocando o Brasil entre os grandes produtores mundiais.

Além das possibilidades de maior progresso para a região da Baixada Santista que a exploração da nova

jazida deve propiciar, há possibilidade de novas descobertas deste tipo, avaliam os técnicos da empresa. E, embora a extração o produto abaixo da camada de sal seja mais cara, o óleo encontrado é mais puro e, portanto, de maior valor.



Ricardo Stuckert / PR

Um governo de retrocessos

Com Kassab, a elite recupera poder na cidade e o povo volta a ser excluído

A campanha eleitoral conservadora e sem programa de Serra e Kassab em 2004 impôs os limites da gestão DEMO/TUCANA na Capital.

Após os primeiros três meses de governo, marcados pelo discurso antipetista e anti-Marta, com a falácia da dívida (pois terminaram 2005 com 1 bilhão de reais de superávit) e a descontinuidade das ações e programas da gestão petista, eles retomaram o discurso de melhorar o que havia antes. Isto porque a primeira pesquisa de opinião revelou que a investida contra a gestão Marta jogou a aprovação de Serra para baixo.

Apesar da mudança de discurso, a administração Kassab/Serra é conservadora, antidemocrática e inverteu prioridades, abandonou as periferias, os mais pobres e transformou o governo municipal em síndico de condomínio, em vez de estimulador do desenvolvimento e de transformações progressistas na cidade.

A seguir, alguns exemplos que comprovam como este é um governo de retrocessos.

★O recuo na descentralização da administração

Concebido pela gestão anterior como uma forma de aproximação entre governo e cidadão e de levar estado às periferias, o ataque à descentralização e à participação popular foi um dos pilares da gestão Kassab/Serra.

Foram extintas as coordenadorias de saúde e de educação das 31 subprefeituras e as ações, centralizadas nas secretarias. Anularam a lei, aprovada em 2004, que criou o Conselho de Representantes da população junto a cada subprefeitura.

★O “criativo” modo de governar por decretos – a confusão dos poderes e a afronta à democracia.

Numa confusão sem precedentes, trouxeram o chefe da promotoria pública, órgão encarregado da fiscalização independente dos executivos, para assumir o comando da Secretaria de Negócios Jurídicos da cidade. Como agravante, o promotor-secretário passou a afron-

tar as leis, instituindo o modo de governar por decretos.

★A perseguição aos ambulantes e aos pobres de rua – rampas e bancos com barreiras

Para “higienizar” a cidade, passaram a combater a população de rua através da construção de barreiras em baixos de viadutos e em bancos de jardins, como na reformada Praça da República, para impedir o abrigo de mendigos. O contraste com a política anterior de inclusão social, de acolhimento como a Oficina Boracéia, é flagrante.

A transformação da relação com os ambulantes em caso de polícia (Brás, 25 de março) tem sido outra marca da atual gestão.

★O fim da revolucionária política de transportes públicos

A gestão Marta Suplicy implantou mudanças que revolucionaram o sistema. Construiu corredores e terminais de ônibus, reorganizou a ação das vans e do transporte intrabairros, acabou com o aumento abusivo da passagem e implantou o bilhete único.

A gestão Kassab/Serra elevou a passagem de R\$1,70 para R\$2,30, parou a construção de corredores e terminais, impôs restrições ao uso do bilhete único e congelou a renovação da frota.

★Na Educação – o padrão DEMO/TUCANO

Após o esforço bem sucedido das mudanças da gestão anterior com descentralização, a melhoria da merenda, a implantação do Vai e Volta, os uniformes novos e de qualidade, a valorização dos professores e a construção dos CEUs, em apenas três anos o tucanos conseguiram piorar a merenda, o leite, atrasar em todos os anos a entrega de uniformes, reduzir o transporte escolar e não entregar todos os novos CEUs projetados pela gestão anterior.

★A saúde: Quatro secretários em três anos – crise de idéias e projeto

Carro chefe da campanha eleitoral, Kassab/Serra mudou quatro secretários em menos de 3 anos. Resumiu-se a dar continuidade a alguns programas desenvolvidos na gestão ante-

rior, mas paralisou a ampliação do Programa de Saúde da Família, inaugurou o Hospital da Cidade Tiradentes com apenas 30% da capacidade projetada e ainda não concluiu, após 3 anos, o Hospital do MBoi Mirim.

★O desgoverno na limpeza da cidade – líder em reclamações

A gestão Kassab/Serra desorganizou a limpeza na cidade e cortou investimentos no setor. Paralisou a ampliação da coleta seletiva, a extensão da coleta em favelas, impediu a implantação da coleta domiciliar com uso de container e a construção de novos aterros. Como resultado, a piora nos serviços de varrição; a manutenção de contratos de emergência, sem licitação, durante dois anos; a desativação, por superlotação dos dois aterros municipais e um deslizamento de grandes proporções no aterro São João.

★Tentativa de acabar com as Zeis e Plano Diretor da Cidade

A atual gestão, em processo excludente da participação popular, tenta rever os planos e extinguir as Zonas Especiais de Interesse Social e com isto favorecer os interesses da especulação imobiliária.

★O descaso com os mais pobres – a redução do Renda Mínima

A gestão Serra/Kassab, embora não tenha conseguido eliminar todos os programas sociais, procurou limitar seu alcance e os valores pagos às famílias, como evidencia a queda do orçamento da Secretaria do Trabalho de R\$187 milhões em 2005 para R\$60 milhões em 2007.

★O abandono da recuperação do Centro

Na contramão das mudanças realizadas pelo governo Marta, a gestão atual deu curso a arremedos de reformas nas praças da Sé e República, voltadas para a combater mendigos e alardeou com pirotecnia mudança na região da luz (cracolândia), cujo resultado está sendo a entrega da área a especuladores e não para a reocupação social equilibrada.

★Limitados a síndicos paralisaram o esforço desenvolvimentista na cidade

Os projetos anteriores que

buscavam combinar desenvolvimento, geração de emprego e prioridades sociais e da infraestrutura foram paralisados ou retardados pelo atual governo.

Sem qualquer planejamento, retomaram com atraso e prejuízo para a cidade algumas das obras iniciadas ou projetadas pelo governo anterior, como a Jacu Pêssego, na Zona Leste, e a ponte estaiada sobre o Rio Pinheiros na Zona Sul.

★O desprezo pela democracia

A gestão passada foi marcada pela descentralização, a criação da Ouvidoria, dos conselhos de gestão na saúde, a realização de conferências e a criação de conselhos municipais, a implantação de um sistema de negociação per-

manente com o funcionalismo público e o respeito ao poder legislativo.

Elitista e conservador a dupla governista atual abandonou todos os mecanismos de ampliação da democracia.



A saúde no ambulatório

- ★ Quatro secretários em três anos
- ★ Piora no atendimento de urgência - SAMU, chegando a levar 4 horas para um chamado ser atendido
- ★ Funcionamento do Hospital de Cidade Tiradentes com apenas 30% da capacidade
- ★ Não conclusão do Hospital do Grajaú
- ★ Paralisação no PSF em toda a cidade
- ★ Transformação de 52 Unidades Básicas de Saúde em AMAs e nenhum ambulatório de especialidades implantado
- ★ Fim do funcionamento dos conselhos gestores nas unidades de saúde
- ★ Fim das coordenadorias de saúde nas subprefeituras

O caos do transporte

- ★ Aumento da passagem de R\$ 1,70 para R\$ 2,30
- ★ Nenhum novo corredor construído e paralisação na manutenção dos já construídos
- ★ Nenhum novo terminal construído
- ★ Limitação ao uso do bilhete único, com passageiros descendo fora do terminal e retardando tempo de uso do bilhete
- ★ Redução da renovação da frota de ônibus, com mais ônibus velhos circulando e com quebras e acidentes frequentes

Na oposição, com propostas

A prestação de contas do mandato mostra um início positivo dos trabalhos

Na prestação de contas dos primeiros nove meses de mandato, durante plenária realizada no dia 8 de dezembro, o deputado Rui Falcão apresentou um balanço de atividades (na Assembléia Legislativa, na construção partidária e nas ações junto a movimentos sociais). Um resumo das iniciativas pode ser visto tanto neste jornal como no site do mandato (www.ruifalcao.com.br).

Ao longo deste ano, o mandato organizou vários seminários temáticos para debater e receber sugestões da população paulista. Entre tantos, destacam-se o seminário sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), da Tarifa Social (água e luz mais barata para o povo). Também, a pedido do deputado, a ministra Marta Suplicy compareceu à Assembléia Legislativa para apresentar suas propostas sobre turismo no Estado de São Paulo.

Com um projeto de mandato social e de conscientização popular, também nestes dez meses foram produzidos periódicos e informativos com objetivo de educar e conscientizar a popu-

lação sobre temas importantes. Estes textos versam sobre direitos básicos e adquiridos do cidadão-consumidor, e são os seguintes: Cartilha Sobre a Tarifa Social, Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Saneamento Básico para Todos.

Da tribuna da Assembléia, o deputado foi um defensor intransigente das realizações do governo Lula, contra as investidas de tucanos e demos. Da mesma maneira, resgatou o legado popular da gestão da prefeita Marta Suplicy na Capital, tomando a defesa da população excluída e marginalizada pelos governos Kassab/Serra.

Logo no início da legislatura, o deputado denunciou a violação da autonomia das universidades pelos decretos inconstitucionais do governador Serra e solidorizou-se com os estudantes e funcionários da USP. Acionou o PT para mover Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os decretos de Serra, particularmente o que transformou a Secretaria de Turismo em Secretaria do Ensino Superior, contribuindo para a queda do à época secretário da

Pasta, deputado Pinotti.

Também nesta área de fiscalização, propôs uma CPI para investigar a prorrogação, no final do governo Alckmin/Lembo, dos contratos de concessão de rodovias, antes mesmo de seu término. Outro objetivo da CPI, ainda à espera de 9 assinaturas, é saber por que as estradas federais vão ter pedágios com tarifas seis vezes mais baratas que nas estradas paulistas.

Nas ações propositivas, o deputado apresentou diversos projetos de lei de interesse da população, dedicando-se principalmente à defesa dos direitos do consumidor-cidadão, usuários dos serviços públicos - como energia, água, gás, transportes, saneamento e telecomunicações -, visando à melhoria da qualidade e à transparência dos preços das tarifas.

Atuou ainda contra as ofensivas do governo Serra para privatizar novas empresas, apresentou um substitutivo, junto com o deputado Donisete Braga, ao lesivo projeto de criação da Arsesp (a nova Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São

Paulo), e atuou firme nas áreas de regularização de moradias na Capital, apoiando a ação dos movimentos, que também se mobilizaram contra a revisão autoritária do Plano Diretor de São Paulo.

Sua atuação também se pautou por uma relação estreita e articulada com vereadores (ver os depoimentos na página 5) e deputados federais, com os quais tem afinidades e métodos comuns de trabalho, assegurando o fortalecimento de nossa capacidade de intervenção, com maior eficácia e presença política junto à sociedade.

Durante a plenária, bastante representativa, o deputado adiantou, também, linhas gerais da atuação do mandato em 2008: manter e fazer avançar as conquistas alcançadas até aqui; lutar ao lado da população por melhores condições de vida e trabalho; contribuir para a eleição de vereadores (as) petistas identificados (as) com o mandato, e com prioridade para o pleito na Capital, para recuperarmos a Prefeitura - todos esperamos - com a ministra e ex-prefeita Marta Suplicy.

Deputado na internet

Para acompanhar de perto as atividades de Rui Falcão e entrar em contato com o pessoal de seu gabinete, acesse agora o site: www.ruifalcao.com.br. Pelo site, você pode encaminhar sugestões, queixas e reclamações; pode ter acesso aos projetos-de-lei de sua autoria, além de requerimentos, moções e informações sobre as suas atividades fora e dentro da Assembléia. Pode também cadastrar-se para receber um boletim eletrônico semanal com informações e artigos sobre os temas do mandato. Artigos de sua autoria, postados às terças-feiras, podem ainda ser lidos no endereço eletrônico www.noblat.com.br. Telefone do gabinete: (11) 3886 6776

Bolsa Aluguel. Parou por quê?

Com a paralisação do programa, muitas famílias ficaram desamparadas

Criado na gestão da prefeita Marta Suplicy, o Programa Bolsa Aluguel só não foi revogado pelo governo Kassab/Serra porque os movimentos de moradia garantiram sua manutenção, embora não tivessem assegurado a abertura de novas inscrições. Como se sabe, o Bolsa Aluguel é um programa que possibilita o acesso da população sem renda ou de baixa renda ao mercado formal de aluguéis por um determinado período, até a busca de uma moradia digna e definitiva.

Com a paralisação do Bolsa Aluguel, muitas famílias não puderam arcar com os compro-

missos assumidos dos aluguéis de suas moradias, o que provocou despejos e ameaças aos moradores (afetando o desempenho de crianças matriculadas nas escolas), além de insegurança e prejuízos para os proprietários dos imóveis locados.

Conhecendo bastante o programa por ter participado, como secretário, da gestão Marta Suplicy, o deputado Rui Falcão apresentou na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 595, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir

o Programa Bolsa Aluguel no Estado de São Paulo, para permitir a concessão de benefício financeiro destinado ao subsídio para pagamento de aluguel

de imóvel a famílias carentes. O projeto cria um fundo de despesas para atender à demanda.

Apesar de vários municípios da região metropolitana de São Paulo já utilizarem o Bolsa Aluguel, não existe no Estado nenhum plano de atendimento a pessoas que perderam suas residências, definitiva ou transitoriamente, em situações extraordinárias. Ainda, nos casos de déficit habitacional, o Bolsa Aluguel se apresentará como principal fonte de

garantia da moradia.

Segundo o CDHU, no Estado de São Paulo, existe um déficit habitacional de 740.055 unidades habitacionais, somadas a 2.910.080 de unidades inadequadas à moradia.

O projeto reserva o capital para os casos de desadensamento, ou seja, nos casos em que, para urbanização de favelas, algumas famílias precisam ser removidas para realização das obras. Com o Bolsa Aluguel, em vez de alojar as famílias em barracões precários, elas passam a receber um subsídio para o aluguel até conseguirem uma nova moradia.



Um mandato com boas parcerias

A integração com os vereadores reforça e valoriza as ações do mandato na Capital



Foto: Assessoria de Imprensa

João Antonio

“O Rui Falcão é um dos quadros mais qualificados do PT, além de ter uma história de luta permanente em defesa das liberdades democráticas. Sua capacidade política foi testada e aprovada no governo da ex-prefeita Marta Suplicy – de quem foi secretário de Governo. Como deputado estadual mais votado do PT, o povo de São Paulo ganhou ao elegê-lo, pois tem à disposição um dos parlamentares mais bem preparados.”



Foto: Assessoria de Imprensa

Vereador Chagas

“Tenho a satisfação de poder realizar ações conjuntas com o deputado Rui Falcão em benefício da população, como foi, por exemplo, o Projeto de Lei que prevê a instalação da Escola Técnica no Sapopemba, sugerido por mim e apresentado por Rui Falcão na Assembléia Legislativa.”

Rui Falcão tem demonstrado no parlamento toda capacidade que lhe é peculiar, realizando oposição consistente ao governador José Serra, de forma séria, conseqüente e propositiva. “



Foto: Assessoria de Imprensa

Paulo Fiorilo

“A Assembléia ganhou muito com a eleição de Rui Falcão, um deputado que contribui para o processo legislativo com extrema competência, compromisso partidário e experiência tanto no legislativo quanto no executivo. Com o mandato de Rui Falcão, ganha o PT, ganha a cidade de São Paulo e o estado.”



Foto: Assessoria de Imprensa

Donato

Este é o primeiro ano de mandato do companheiro Rui Falcão e tem sido uma referência para os parlamentares do PT.

Clareza de posições, firmeza no debate, compromisso com o PT, capacidade de formulação e fundamentalmente sintonia com as necessidades mais presentes do povo paulista.

Temos várias ações articuladas entre meu mandato e o mandato do Rui, e isto tem fortalecido os laços que já eram muito fortes, entre nós.”



Foto: Assessoria de Imprensa

Chico Macena

O mandato de Rui Falcão tem estado nas lutas pela moradia digna juntamente com o nosso. Temos buscado a regularização fundiária, lutado pelo atendimento habitacional em áreas de risco, ouvindo e orientado o movimento em busca dos direitos que o governo do PSDB insistiu em não cumprir. São mandatos que buscam também denunciar os desmandos do PSDB em todas as áreas e empenhados na defesa dos trabalhadores.”



Foto: Assessoria de Imprensa

Claudete

“Apoio o deputado Rui Falcão pelo seu compromisso político com a transformação social e firmeza em defesa das bandeiras históricas do PT. Sua trajetória política é um exemplo e modelo para todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa, fraterna e democrática. Assim termos o nosso mandato afinado com o mandato do Rui Falcão é a certeza de uma ação combinada em prol das camadas mais necessitadas da nossa população.”



Foto: Assessoria de Imprensa

José Américo Dias

“A Assembléia ganhou muito com a eleição de Rui Falcão, um deputado que contribui para o processo legislativo com extrema competência, compromisso partidário e experiência tanto no legislativo quanto no executivo. Com o mandato de Rui Falcão, ganha o PT, ganha a cidade de São Paulo e o estado.”

Um dia-a-dia com muitas tarefas

Na Assembléia Legislativa, no PT e em bairros populares: ação em várias frentes



Nestes 10 meses de mandato, Rui Falcão participou de inúmeras atividades em todas as regiões da cidade de São Paulo.



Assessoria do gabinete

Debatendo com os delegados no Congresso Estadual do PT as teses da chapa Novo Rumo. (set/07)



Joca Duarte

Ao lado do deputado federal Antonio Palocci na abertura do Congresso Estadual do PT (set/07)



Joca Duarte

Recebendo com outras autoridades, a ministra do Turismo Marta Suplicy para o seminário “O futuro do turismo em São paulo” realizado na Assembléia Legislativa. (ago/07)



Isidoro Alves de Souza

Presente ao ato em defesa do Hospital do Campo Limpo (ago/07)



Assessoria do gabinete

Presidindo os trabalhos do Seminário sobre o PAC no Estado de São Paulo realizado na Assembléia Legislativa. Ao lado, o jornalista José Paulo Kupfer (mar/07)



Assessoria do gabinete

Rui Falcão visita CDHU Conjunto Vitória(out/07)

Serra veta projeto da água

Desempregados e carentes ficam sem acesso ao serviço e a um bem da vida

Num ato de ostensivo desprezo para com as demandas populares, o governador tucano José Serra vetou a lei, aprovada pela Assembléia, de autoria de Rui Falcão, que cria um fundo especial com a finalidade de assegurar recursos para cobrir dívidas em atraso na conta de água de consumidores de baixa renda. “O veto contraria a Constituição Federal, que impede que as famílias brasileiras sejam privadas do acesso aos serviços essenciais, como é o consumo de água”, afirmou o deputado.

A decisão autoritária do governador, ao escarnecer da vontade popular, choca-se frontalmente com a orienta-

ção geral do governo do presidente Lula, de assegurar o acesso de todos os brasileiros aos serviços essenciais, como água, luz, saneamento, habitação e comunicação, além de seu compromisso de levar o Bolsa-Família a todos os ne-

Uma decisão sem motivo ou justificativas

cessitados de alimentos.

A lei vetada por Serra cria um fundo social especial com a finalidade de assegurar recursos para quitação de débitos dos consumidores de

água e esgoto. Visava a beneficiar famílias de baixa renda que sobrevivem com menos de um salário-mínimo mensal e que muitas vezes não têm dinheiro para arcar com o alto custo de suas contas de água e ao mesmo tempo alimentar a sua família.

O fundo serviria também para financiar novas ligações de água e esgoto nos domicílios de usuários que não possuem recursos para fazer a conexão até a rede pública. Isso, para permitir que mais pessoas tivessem acesso à água tratada pela Sabesp e uma melhor garantia de preservação das áreas de mananciais.



Cadastrar para proteger

Informação sobre celular amplia segurança do usuário

Como o fornecimento dos dados cadastrais pelos usuários do sistema de telefonia

celular mostrou-se eficiente para o combate a criminalidade, o deputado Rui Falcão

apresentou o projeto de lei 668/2007, para obrigar as empresas operadoras de telefonia celular a disponibilizarem à Polícia informações sobre a localização de aparelhos de clientes.

A proposta é simples: como a tecnologia avançou muito nessa área, nada melhor que utilizá-la para agilizar a investigação policial no combate e na prevenção ao crime. O rastreamento da localização do telefone celular em tempo real é um importante mecanismo para os órgãos de segurança, que deverá acompanhar o andamento da atividade criminosa, evitando assim desfechos trágicos e ajudando a reduzir os índices de violência.

Daí a necessidade de aprovação do projeto para dar amparo legal à atividade policial.



Chega de mensagens promocionais



Quantas vezes não esperamos uma mensagem importante em nosso celular e somos invadidos por outros tipos de mensagem de conteúdo publicitário como promoções de shows, festas etc. Muitas dessas mensagens promocionais são enviadas pela própria operadora do serviço e sem autorização do proprietário. O deputado Rui Falcão constatou que as mensagens promocionais são motivo constante de reclamações dos usuários de telefonia celular junto aos órgãos de defesa do consumidor.

Para garantir a relação de consumo entre as prestadoras dos serviços de telefonia celular e seus usuários, livrando o consumidor de incômodos e de invasão de sua privacidade, o deputado Rui Falcão apresentou o Projeto de Lei 667/2007, que proíbe o envio de mensagens de textos promocionais

pelas operadoras de serviço de telefonia celular no Estado de São Paulo.

Ele considera que “existem outras formas de divulgação promocional que não perturbam o usuário desse serviço e que atingem o mesmo fim”.

Falcão também afirma que “as empresas destinatárias da norma não sofrerão prejuízo, visto que o projeto prevê a possibilidade de ressalva para que estas continuem a enviar as mensagens para os usuários que assim as desejarem”.

Em caso de descumprimento, o usuário não precisará pagar a conta referente ao mês da infração.

Conheça melhor o projeto

www.ruifalcao.com.br

e saiba mais sobre os temas propostos pelo deputado.

Habitação digna e com documento

Muita luta e organização para conseguir a regularização de moradias populares

O deputado Rui Falcão em conjunto com a comunidade e vereadores da cidade de São Paulo tem procurado alternativas para garantir a regularização de áreas ocupadas no município de São Paulo. O mandato participou de diversas reuniões com a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e a Secretaria Nacional de Habitação. Com a mesma intenção, o mandato recorreu à Diretoria Nacional de Assuntos Fundiários Urbanos e Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Veja algumas das áreas que o mandato vem acompanhando:



Assessoria do gabinete

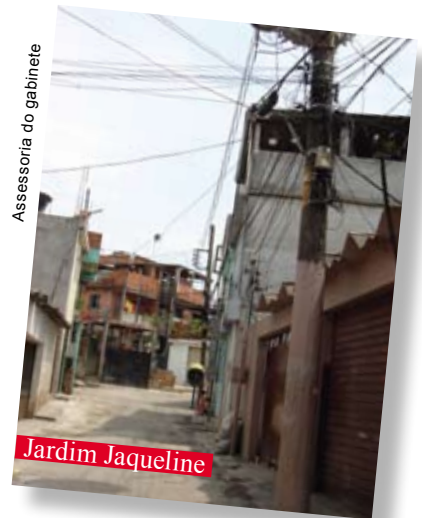
Vila Bela: O loteamento Vila Bela fica em área particular, ocupada por 11.000 famílias há mais de 15 anos. Situada em São Mateus, na zona leste da cidade, Vila Bela é considerada a maior ocupação urbana do Estado de São Paulo. A área encontra-se em litígio, impedindo o poder público de realizar qualquer intervenção. A população utiliza de mangueiras para levar a água às residências, sendo que a Sabesp possui projeto próprio para a área.

O deputado Rui Falcão, em parceria com o vereador Francisco Chagas e o deputado federal Jilmar Tatto, realizaram diversas reuniões com a Secretária Nacional de Habitação, solicitando a liberação de verbas do governo federal para regularização fundiária e implantação de infraestrutura no loteamento. Os moradores já conseguiram, por meios próprios, a confecção da planta da área. No entanto, o governo de Serra/Kassab não apresentou nenhum projeto para que os recursos possam para lá ser destinados.

Jardim Jaqueline: área de 85.000 m², localizada na região Oeste do município

de São Paulo, com 1.228 famílias, a ocupação tem 40 anos. Em 2002, a prefeita Marta Suplicy iniciou o processo de urbanização na área implantando redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares de água e esgoto, construção de galerias pluviais, colocação de guias e sarjetas e pavimentação. Na gestão Kassab/Serra a regularização anda a passo de tartaruga. Os moradores, preocupados com a situação, procuraram os mandatos do deputado Rui Falcão e do vereador Donato reivindicando a intervenção dos parlamentares na luta pela regularização da área para que todos possam ter segurança jurídica de acordo com o previsto pelo Estatuto da Cidade.

Os mandatos realizaram diver-



Assessoria do gabinete

sas reuniões com a Coordenação de Regularização Fundiária do Município, Defensoria Pública, bem como solicitaram consulta à Diretoria Nacional de Assuntos Fundiários Urbanos, com objetivo de sensibilizar o agente público para dar continuidade na regularização fundiária do Jardim Jaqueline.



Assessoria do gabinete



Assessoria do gabinete

Jardim Jaqueline

Um plano para uma cidade melhor

Interesses imobiliários conspiram para revogar conquistas do Plano Diretor participativo



Arquivo M.Cidades

Mais interessado em atender os interesses de especuladores imobiliários do que no desenvolvimento planejado da cidade, o senhor Gilberto Kassab, que ocupa a Prefeitura de São Paulo por delegação do governador

José Serra, faz de tudo para destruir o Plano Diretor Estratégico, aprovado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy.

A pretexto de realizar uma revisão, prevista em lei, Kassab praticamente suprimiu a par-

ticipação popular nos debates sobre eventuais mudanças, não apresentou diagnóstico sobre a situação da cidade e tampouco criou instrumentos criados pelo Plano Diretor para que, depois, pudesse avaliar seu desempenho, bem como metas de atendimento às necessidades da população.

Instrumento para garantir aos moradores da cidade um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade, o Plano Diretor atual foi sancionado pela prefeita Marta Suplicy e inclui prioridade para o transporte coletivo (com faixas exclusivas para ônibus, hoje descontinuidas); repovoamento do centro da cidade, com a criação de ZEIs (Zonas Especiais de Interesse Social, que serão quase extintas

Uma revisão sem debate e sem participação

se prevalecer o modelo Kassab de revisão); cria zonas de proteção ambiental e centros regionais com focos para o emprego local, contribuindo para reduzir os deslocamentos na cidade.

Há diversas outras inovações, todas aprovadas durante centenas de reuniões nos bairros, que resultaram também na aprovação de 31 Planos Diretores Regionais. Agora, porém, os atuais ocupantes da Prefeitura insistem em sua operação desmanche. Felizmente, é grande a resistência da sociedade organizada, que conseguiu, na Justiça, adiar para o ano que vem as votações na Câmara Municipal.

Ponto adicional de TV

Para quem tem TV a cabo em casa e quer assistir programas em mais de uma dependência, as operadoras continuam a cobrar uma taxa adicional. Esta prática tem sido proibida em vários Estados, através de decisões judiciais. Procurado por diversos usuários, o deputado Rui Falcão apresentou Projeto de Lei 1326, de 2007, que impede a cobrança do ponto adicional, quando este simplesmente reproduz os canais do ponto principal.

Além disso, as empresas ficarão impedidas de comercializar, com exclusividade, o aparelho de recepção das imagens.

Pressão justa por menores tarifas

Movimentos populares reclamam por serviços públicos de melhor qualidade e mais baratos



Artur Risso Neto, do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo (Sinergia), o representante da Secretaria Estadual de Saneamento e Energia, Plínio Pires, a advogada e representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Maria Elisa Novais, a representante da União dos Movimentos de Moradia (UMM), Maria Aparecida Tisiwa.

Em sua intervenção, Rui Falcão explicou projeto de sua autoria que propõe isenção da incidência do ICMS na parcela subsidiada da conta de luz de usuários de baixa renda, cujo

consumo esteja compreendido na faixa de 80kwh a 220kwh. Atualmente, os benefícios federais na conta de luz das fa-

Imposto estadual onera contas de água e luz

mílias de baixa renda são neutralizados pela cobrança do imposto estadual sobre a parcela de consumo subsidiada.

Carlos Zarattini, autor na Câmara dos Deputados de projeto semelhante ao de Rui

Falcão - de isenção de impostos sobre a parcela subsidiada da conta de luz de usuários de baixa renda - quantificou o alcance social dessas iniciativas legislativas. Lembrou que somente no Estado de São Paulo 1,12 milhão de pessoas têm renda per capita de até R\$ 120,00, com direito à tarifa, social. Ele disse que o Ministério de Minas e Energia é favorável ao projeto, e concorda com a destinação de 1% do rendimento das empresas concessionárias para compra de geladeiras e lâmpadas de baixo consumo para as famílias que obtenham o benefício.

Isidoro Alves de Souza

Só com muita pressão popular organizada será possível transformar em lei os projetos que reduzem o valor das contas de água, energia e de outros serviços essenciais, cujos preços subiram sem parar desde a privatização promovida por Alckmin, FHC, Serra e Cia. Foi o que afirmou o deputado Rui Falcão durante audiência pública por ele convocada na Assembléia dia 20 de agosto.

O debate dos projetos de autoria do deputado contou com a presença de mais de 300 pessoas, representantes de associações de bairro e de movimentos de moradia. Parceiro importante dos projetos de tarifa social, expôs seus projetos também o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP). Apoiaram e participaram do evento os deputados estaduais Mário Reali e Adriano Diogo;

Os projetos do mandato

Vários projetos garantem mais serviços e mais respeito à população

- **P.L. 1247** - Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.
- **P.L. 683** - Obriga os estabelecimentos a informar ao consumidor, por escrito, as razões de indeferimento de crédito.
- **P.L. 669** - Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica (ETEs).
- **P.L. 139** - Obriga a afixação de cartazes com informações de atendimento da Defensoria Pública.
- **P.L. 123** - Autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS o fornecimento de energia elétrica.
- **P.L. 75** - Obriga as concessionárias de energia elétrica a detalhar as notas fiscais.
- **P.L. 74** - Assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber boletos em Braille.
- **P.L. 73** - Veda às concessionárias de energia elétrica, a interrupção do fornecimento por inadimplência do usuário.

EXPEDIENTE |

Gabinete do deputado Rui Falcão

Avenida Pedro Álvares Cabral, 201

Sala 3.011 - CEP: 04097-900

Fone: (11) 3886.6776

Site: www.ruifalcao.com.br

e-mail: gabinete@ruifalcaocom.br

Jornalista responsável:

Nivaldo Manzano

Ilustrações: Nicoletti/Shutterstock

Criação e editoração:

Área Comunicação

www.areacomunicacao.com.br

Gráfica: LWC

Tiragem: 20.000 exemplares



Projeto Nome limpo

Iniciativa corrige injustiças contra consumidor indefeso

Para evitar aquela surpresa desagradável do consumidor ser surpreendido com seu nome "sujo" na praça, o deputado Rui Falcão apresentou o projeto de lei nº 1247, de 2007, que obriga os estabelecimentos que cuidam do crédito no mercado a avisar as pessoas da ocorrência de um pedido de inscrição,

como, por exemplo, no SCPC ou SERASA.

Em outro projeto de lei (projeto nº 683 de 2007) que apresentamos, obrigamos as lojas e estabelecimentos que exploram o consumo de qualquer forma, a entregar para o consumidor um documento, com a indicação dos motivos pelo qual o crédito não

lhe foi concedido ou sua compra não pode ser realizada. Assim, o consumidor poderá se valer de seus direitos caso a inscrição seja irregular.

Ambos os projetos estão tramitando na Assembléia Legislativa. Acompanhe-os para informar-se, participar e fazer valer seus direitos.